

GLOBALIZAÇÃO & DESIGUALDADE

Márcio M. Valença

Rita de Cássia da C. Gomes (orgs.).

Natal: A. S. Editores, 2002.

Marconi Gomes da Silva (UFRN)

No pós-Segunda Guerra, durante cerca de trinta anos, o mundo capitalista vivenciou os seus famosos “anos dourados”. Entretanto, a partir do início dos anos setenta, o sistema entrou em crise. Em resposta a esta, os países de capitalismo avançado passaram a empreender mudanças tecnológicas, produtivas e organizacionais de grande vulto, com vistas à superação da ordem anteriormente vigente.

A nova ordem tem-se caracterizado por promover financeirização, instabilidade econômica e insegurança no mundo do trabalho, aprofundando ainda mais as desigualdades inter e intrapaíses. Essas mudanças têm ocorrido no contexto de afirmação do projeto neoliberal. Nesse contexto, a globalização foi difundida como a alternativa que promoveria a melhora qualitativa das condições socioeconômicas mundiais. Passadas cerca de duas décadas de afirmação do “novo” projeto, os acontecimentos dão ampla razão aos seus críticos.

O Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), preocupado com as transformações econômicas e socioespaciais experimentadas pelo mundo no contexto supracitado, organizou dois seminários, sob a coordenação do professor doutor Márcio M. Valença, ao longo do ano de 2000, para debater a temática, partindo de pesquisas realizadas por docentes de vários programas de pós-graduação da UFRN e de outras universidades públicas brasileiras e estrangeiras. Aos trabalhos apresentados nesses dois seminários foram acrescentados mais dois artigos, sendo um de autoria do professor doutor José Borzacchiello da Silva (UFC) e outro da professora doutora Maria do Livramento M. Clementino (UFRN), e organizados em coletânea no livro intitulado *Globalização & desigualdade*. Segue uma apresentação sintética do livro.

No primeiro capítulo: “A globalização e as teorias da globalização”, Michael Dunford apresenta os fundamentos da teoria da regulação, com vistas a explicar por que as economias capitalistas, fundadas na compe-

tição e no conflito, não seguem inexoráveis para o caos. A explicação do autor, encontra-se no fato de que na base do desenvolvimento macroeconômico encontra-se um regime de acumulação em articulação com um modo de regulação – arquitetura institucional que implica um compromisso político entre forças sociais que produz uma estabilidade relativa à qual podem sobreviver crises. Em seguida, o autor discute o modelo fordista, identificando que sua crise foi “provocada pelo revés de um determinado arranjo” político. Dunford observa que no período que se seguiu ao modelo fordista, em decorrência dos fracos vínculos entre o processo de acumulação e o progresso social, foram aprofundadas as desigualdades, o que somente poderá ser revertido por força do “restabelecimento de controle democrático sobre a acumulação”.

Em “Crise ou normalidade? Globalização ou continuidade? Pequenas e grandes alterações político-econômicas no desenvolvimento brasileiro”, Andreas Novy e Ana Cristina Fernandes utilizam a Teoria da Regulação como aporte teórico para analisar duas grandes crises da economia brasileira: a crise que eclodiu em 1929 e a crise irrompida no início dos anos oitenta, que ocorreram *pari passu* a crises econômicas e políticas internacionais, ao mesmo tempo que se manifestavam como crises de natureza nacional. A saída para a primeira teria sido o fordismo periférico. A crise iniciada em princípio dos anos oitenta, “pretensamente seria debelada” com base em uma solução simples: descentralização renovada e abertura das fronteiras nacionais. Resultado: maior atrelamento ao capital internacional, principalmente, à sua “fração” financeira. Os autores apontam que a saída mais provável à crise será de caráter reformista, estando ainda a depender de que a crise econômica e social decorrente do neoliberalismo “não cresça até as proporções de uma tragédia”.

No capítulo terceiro, “Políticas públicas e promoção econômica das cidades”, Maria do Livramento M. Clementino toma a cidade como *locus* no qual mais impactam os (re)ajustamentos do País que visam adequar-se à “nova ordem” internacional. Tal opção explica-se, em certa medida, pelo fato de que mais de 80% da população do Brasil vive em cidades e de ser, principalmente, nelas que explodem as distintas demandas políticas, econômicas e sociais. A autora discute o papel dos governos locais na promoção econômica das ci-

dades e defende que estes devem ter atuação de caráter inovador e estratégico. Após apresentar a experiência do poder municipal brasileiro na promoção do desenvolvimento econômico, defende a “centralidade do econômico para o equacionamento das questões social e urbana” e o papel dos governos locais para o avanço da democracia.

“Cidadania, lugar e globalização” é o título do quarto capítulo. Seu autor, José Borzacchiello da Silva, ressalta a inexistência de prodigalidade da Geografia quanto à discussão do espaço, tendo como foco o território e o lugar como elos de uma cadeia que articula o local e o global. A cidade – o lugar – é tida como o espaço que expressa, no interior do País, o caráter fragmentário do processo de globalização. É nela que se encontram visíveis todas as diferenças e todos os contrastes, entre os quais se destacam: diferenças de renda e diversidade de paisagens fazendo que a questão ambiental “expresse níveis diferenciados de acesso à cidade, à cidadania e ao mercado”. Apesar de toda essa problemática, identifica que “o conturbado mundo moderno tem na cidade sua melhor mediação”.

Beatriz Maria S. Pontes no capítulo quinto “Globalização, meio ambiente e pobreza”, defende que a sociedade global é uma categoria em formação e enumera uma série de características da globalização: transnacionalização das instituições, autonomia da economia ante a política, internacionalismo do capital, enfraquecimento dos Estados-nação e fortalecimento das corporações transnacionais e de alguns organismos internacionais. Enfatiza, ao mesmo tempo, uma das faces do novo mundo: a questão ambiental. Para Pontes, o binômio pobreza-degradação ambiental existe em decorrência dos subseqüentes estilos de desenvolvimento. Logo, somente a modificação do modelo de desenvolvimento poderá romper o elo que mantém esta “deplorável” imbricação.

O capítulo sexto “Meio rural: o espaço da exclusão?”, de autoria de Aldenôr Gomes da Silva, encontra-se dividido em duas partes. Na primeira, é discutido o espaço rural como objeto do discurso da modernidade: o rural seria o espaço do vazio, da pobreza, do atraso, da exclusão e à mercê das políticas de cunho compensatório. O autor alinha-se a outros estudiosos da temática e defende que não há necessidade de urbanização, mas tão-somente a extensão ao campo de alguns benefícios característicos do meio urbano. De outra parte,

com vistas à superação da dicotomia cidade-campo, considera também a possibilidade da ruralização do espaço urbano. A segunda parte enfoca a “(re)valorização do espaço rural no contexto de um novo padrão de desenvolvimento”. A perspectiva apresentada é a da adoção de um padrão de desenvolvimento ancorado no tripé crescimento econômico, social e ambiental; portanto, dentro da perspectiva do desenvolvimento sustentável.

Arnon Alberto M. de Andrade, em texto intitulado “Globalização x educação. Uma aproximação ao caso brasileiro”, capítulo sétimo, apresenta inicialmente a globalização com todos adornos com os quais os defensores desse fenômeno costumam apresentá-lo: a formação de uma aldeia na qual valores, mercados, informações, ciência, tecnologia, língua, cultura etc. homogeneízam-se. Em seguida, desnuda-o, apresentando-o como o que é: império da mercantilização, da marginalização, do desemprego, da exclusão. Ao movimento avassalador da globalização contrapõe a “cultura”, notadamente a cultura do mundo “sem cultura”, identificando que a Escola, principalmente a Pública, e as mulheres das classes baixas da sociedade têm um importante papel civilizatório. Mostrando-se um entusiasta das pequenas ações, encarna a expressão poética: “devagar também é pressa”.

Em “Na mira do mercado: políticas educacionais em tempos de globalização”, capítulo oitavo, José Willington Germano foca a análise no processo de reforma do Estado que tem se desenvolvido, com o pressuposto da “mercadização dos serviços públicos”. Mostra que na América Latina o resultado desse processo tem sido o aumento da pobreza e da exclusão social e a forma de solução, a proliferação de programas compensatórios. Não se opõe às políticas compensatórias, desde que relacionadas a políticas de reinserção. Combate a educação de orientação liberal, focada na empregabilidade que, em essência, atribui a responsabilidade pelo desemprego aos próprios desempregados. Combate ainda a educação voltada exclusivamente para o mercado, pois configura “um adestramento”. Para o ensino superior, defende que “a constituição de uma nova aliança e o aprofundamento das relações (da Universidade) com a sociedade formam o cerne de uma proposta de mudança”.

O capítulo nono, “Poder municipal e governabilidade”, de autoria de Ilza Araújo L. de Andrade, enfoca as ações governamentais num quadro marcado por

forças opostas: de um lado, forças externas que pressionam pela diminuição da intervenção do Estado, de outro, forças internas que pressionam para que as ações governamentais tornem-se mais eficientes e eficazes. Após breve referência ao processo de descentralização ocorrido no Brasil a partir da Constituição de 1988, a autora discute a “questão da governabilidade nos governos locais”. Ela defende que um requisito fundamental à governabilidade é a ampliação da cultura participativa e o desenvolvimento de ações transparentes no exercício da gestão pública.

O capítulo décimo foi escrito por José Lacerda A. Felipe. Após apresentar os elementos caracterizadores do processo de globalização, o autor analisa “O local e o global no Rio Grande do Norte”. Destaca que nessa unidade federativa não ocorreu a “efetivação de um espaço global, mas o surgimento de espaços de globalização”. Descreve as chamadas atividades tradicionais: cultivo da cana-de-açúcar, extração e refino do sal marinho e extração da xelita para, em seguida, destacar os espaços que se encontram conectados à economia global: a região de Natal – turismo, comércio, alguns serviços e atividades industriais; e a região do Vale do Asu e parte da região de Mossoró – fruticultura. O autor ressalta a quase ausência de processos produtivos no semi-árido e parte do agreste, onde a base da sobrevivência são a pecuária e a agricultura de sequeiro, enquanto os investimentos estatais concentram-se quase exclusivamente na região de Natal.

“Ilegalidade urbana, segurança da posse e integração socioespacial na era da globalização econômica e da liberalização da política” foi redigido por Edésio Fernandes (capítulo onze). O autor enfoca a importância da legislação e das instituições jurídicas para o desenvolvimento urbano de países com características similares ao Brasil. Defende que diante da rigidez da legislação e da ilegalidade que imperam no meio urbano deve ser realizada uma reforma urbana articulada a uma reforma jurídica. Ao mesmo tempo, expressa que a mera regularização fundiária não resolve o problema, a menos que se articule a outras políticas, tais como de renovação urbana e construção habitacional. Enfim, ressalta a imperativa necessidade de um planejamento urbano participativo que vise à inclusão social ampla, envolvendo os setores públicos, privado, e da sociedade civil (comunidades e voluntariado), com o governo no papel de liderança.

Flávio Antônio Miranda de Souza subscreve o artigo que constitui o capítulo doze: “Inclusão disputada: acesso à moradia em assentamentos informais em Recife”, onde discute o processo de exclusão no acesso ao solo urbano para construção de moradias. Para ele, a questão fundamental é o direito à construção de moradias, como forma de fazer valer a função social da propriedade. Além da legalização da terra, sugere que o poder público deve atuar com vistas a garantir a permanência dos cidadãos no espaço ocupado. Assim, o foco da ação deve ser a construção de moradias em associação a programas de ocupação e renda para os moradores dos espaços urbanos em pauta.

No capítulo treze: “O trabalho e a corrosão da consciência coletiva: um estudo de caso em bairro de Natal”, Orlando de Miranda apresenta resultados de pesquisa realizada no bairro de Mãe Luísa, na qual procura detectar em meio urbano, sob influência capitalista e estatal, “a dinâmica das relações entre comunidade e sociedade”. Segundo o autor, no citado bairro o ambiente comunitário encontra-se consolidado nas “estruturas de ‘sangue’ e de ‘lugar’”. A pesquisa aborda várias áreas da sociabilidade, no entanto, tratamento mais sistemático é dado à área relativa ao trabalho e à geração de renda. Mostra também que a luta pela obtenção de renda envolve várias modalidades de “viração”: mendicância, assaltos, roubos e prostituição. Essas atividades têm sido “toleradas”, em razão da existência de uma “moralidade instrumental” envolvendo a luta pela sobrevivência. Argumenta que essa situação não expressa necessariamente corrupção e desagregação de valores, pois a comunidade tem consciência de que tais práticas e valores não são consentâneos com os da consciência coletiva, o que gera constrangimentos; mas não se lança na decadência e no pessimismo.

O capítulo quatorze: “O setor terciário em Natal” é de autoria de Rita de Cássia da C. Gomes, Anieres Barbosa da Silva e Valdenildo Pedro da Silva. Os autores estudam o setor terciário na capital potiguar, tendo em vista a reconfiguração territorial efetivada no meio urbano da cidade a partir dos anos setenta. Mostram que a partir deste período o setor terciário da capital sofreu acentuada transmutação e passou a redesenhar o espaço de sua atuação – antigas áreas comerciais “cederam” espaço a novas áreas de comércio e prestação de serviços. Esse movimento prosseguiu nas décadas se-

guintes, definindo nova espacialização, com base na lógica de ocupação das grandes avenidas – “vias expressas de circulação”. Nesse processo, identificam que é nessas vias, sobretudo nas que se localizam na parte sul da cidade, que se concentram as atividades mais modernas do terciário, enquanto as localizações terciárias tradicionais têm assumido novas funcionalidades.

No texto final: “Globalização. Idéias soltas no ar”, Márcio M. Valença faz uma exposição sintética de várias temáticas vinculadas ao processo de globalização por ele denominadas de “idéias soltas no ar”. Limite-me a enumerá-las: o conceito de “globalização”; GLOBALIZAÇÃO ou globalização?; os excluídos da globalização; o comando da globalização; Saber ver a globalização; globalização e Estados nacionais; globalização e identidade; mundialização x globalização; cultura da globalização; a pós-modernidade; ideologia da globalização; instabilidade no sistema; decisão racional, caos e crise; os veículos da globalização de informações; a globalização financeira; o mercado globalizado; a produção globalizada; produção de energia e meio-ambiente; globalização de ontem e de hoje.

Finalizada a apresentação dos trabalhos, defendendo que o livro *Globalização & desigualdade* constitui um bem-sucedido momento de articulação de esforços intelectuais para a análise acurada de questões contemporâneas, sem ficar na mera constatação dos resultados das pesquisas. Rompe com essa tradição, ao assumir uma postura propositiva, indicando a celebração de uma nova arquitetura institucional e a implementação de políticas públicas com caráter participativo como caminhos para a superação da imbricação até então existente entre *Globalização & desigualdade*.

PLANNING LATIN AMERICA'S CAPITAL CITIES – 1850-1950

Arturo Almandoz (Org.)

Prefácio de Anthony Sutcliffe

Londres: Routledge, 2002.

Eloísa Petti Pinheiro (UFBA)

A idéia de um livro sobre as capitais da América Latina, publicado na Planning, History and the Environment Series, foi proposta por Arturo Almandoz em 1999 e logo se materializou. Essa publicação, que consta de um ensaio do organizador sobre a urbanização e o urbanismo na América Latina e de oito artigos com estudos de caso envolvendo nove cidades,¹ não pretende esgotar os estudos sobre as transformações e a europeização do espaço de todas as cidades da América Latina, mas, baseada nos casos estudados, entender como a América Latina processou, em maior ou menor grau, suas reformas urbanas tendo a Europa como referência.

O período trabalhado – 1850-1950 – se justifica pela identificação da modernização urbanística importada pela América Latina da Europa, ao mesmo tempo que as economias e as sociedades latino-americanas foram profundamente transformadas por suas ligações com países europeus, um processo que se estende de meados do século XIX a meados do século XX, quando então a influência dos Estados Unidos torna-se mais forte.

Mais especificamente, os textos demonstram que quase todas as capitais da América Latina foram, de formas diferenciadas, influenciadas pela arquitetura e o urbanismo *Beaux-Arts*. Essa influência acontece pelo grande número de profissionais latino-americanos que estudam na Europa, a maioria na França, e, também, pelo trabalho de muitos profissionais franceses que elaboram planos e projetos para cidades latino-americanas. O resultado é uma série de proje-

¹ Buenos Aires, a great European city, de Ramón Gutiérrez; The time of the capitals. Rio de Janeiro and São Paulo: words, actors and plans, de Margareth da Silva Pereira; Cities within the city: urban and architectural transfers in Santiago de Chile, 1840-1940, de Fernando Pérez Oyarzun e José Rosas Vera; The urban development of Mexico City, 1850-1930, de Carol McMichael Reese; The script of urban surgery: Lima, 1850-1940, de Gabriel Ramón; Havana, from Tacón to Forestier, de Roberto Segre; Caracas: territory, architecture and urban space, de Lorenzo González Casas; e Urbanism, architecture, and cultural transformations in San Jose, Costa Rica, 1850-1930, de Florencia Quesada.